

PAPEL DO

PROFESSOR



**SINDIPROL
ADUEL**

Jornal do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público de Londrina e Região - SINDIPROL/ADUEL
Agosto/2011 - www.sindiproladuel.org.br - sindicato@sindiproladuel.org.br

Editorial

SALÁRIO DOS DOCENTES

Grupo de Trabalho conclui proposta

O Grupo de trabalho constituído em março deste ano para analisar as demandas salariais dos docentes das universidades paranaenses concluiu seus trabalhos em julho. Composto por sindicatos, pela SETI (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e representantes de reitorias, formulou uma proposta que agora será encaminhada ao governador do Estado, provavelmente numa audiência que o Secretário Alípio Leal tentará organizar.

A proposta consiste dos seguintes itens: 1) equiparação do piso do professor auxiliar ao piso dos técnicos de nível superior das IEES; 2) alteração do incentivo à titulação, sendo para especialista 45%, mestre 70% e doutor 100%; 3) manutenção da paridade entre os pisos iniciais das carreiras.

A esta proposta se chegou após cinco rodadas de reuniões das quais participaram dois representantes do Sindiprol/Aduel. No último dia 21 de julho, a mesma foi apresentada aos reitores reunidos na SETI.

O nosso sindicato defendeu nesse GT a pauta aprovada pelas assembleias da categoria que se definiram pela reposição das perdas acumuladas desde 1995, corrigindo as distorções introduzidas no nosso plano de cargos, carreira e salários pelas últimas alterações do governo Requião, resultando por isso em índices diferenciados, a fim de reestabelecer o critério do quadro de carreira de 1997. Entretanto, no GT prevaleceu a perspectiva de juntar propostas dos sindicatos mistos (tese de equiparação) e das seções sindicais do ANDES (aumento do incentivo por titulação). O leitor lembrará que o Sindiprol/Aduel tem informado que estes grupos de sindicatos sequer aceitavam sentar à mesma mesa para encaminhar a luta salarial até que em março foram reunidos pelo Secretário de Ciência e Tecnologia.



Primeira reunião do GT de Salários, em 17 de maio de 2011

Os perigos do empirismo

Posto no papel, os índices de incremento salarial que resultariam da efetivação da proposta aprovada pelo GT seriam certamente superiores ao que se conseguiria pela reposição das perdas acumuladas. Contudo, é necessário aguardar a tramitação da proposta e o posicionamento das secretarias de governo envolvidas com a gestão dos recursos (fazenda, planejamento e administração e previdência) que até agora não se pronunciaram.

O aspecto decisivo para o movimento docente é a definição de uma reivindicação que unifique o conjunto dos professores do Estado e permita realizar uma verdadeira campanha salarial unificada, superando o divisionismo que os sindicatos propiciaram até hoje e nos coloque em movimento. As constantes modificações de reivindicação, sem critérios claros, são um obstáculo para a unificação do movimento estadual.

Nem bem o GT se definiu pela proposta de equiparação com os servidores de nível superior das IES, o próprio Secretário Alípio Leal levantou o questionamento de por que não equiparar com os técnicos de nível superior do quadro próprio do executivo (que ganham mais), uma vez que o governador Beto Richa prometeu à APP

equiparar o piso dos docentes da rede a esse índice. Cabe lembrar também que o Secretário Alípio Leal não tinha nenhuma resposta nem ideia de como encaminhar as reivindicações traduzidas nas três pautas distintas protocoladas até março. Por isso, a ideia do GT foi uma forma dele evitar uma situação em que provavelmente teria que negar qualquer incremento superior ao da inflação do ano passado.

Outra manifestação do empirismo predominante foi a mudança do caráter do Grupo de Trabalho. Inicialmente instituído para analisar as diversas demandas salariais

protocoladas mudou na primeira reunião para GT de carreira docente com o engajamento dos sindicatos mistos e do ANDES que praticaram esta modalidade de colóquios com o governo Requião durante oito anos.

Na medida em que o que se quer é conseguir a unidade para mobilizar os docentes, tampouco podemos esquecer que os sindicatos mistos e as seções sindicais do ANDES, que até março se recusavam a unificar o movimento, entraram em rápido acordo e integraram as suas propostas numa só, quando convocados pelo governo. Até que ponto esta “unidade” é verdadeira só poderá ser verificada pela prova dos fatos, ou seja, na hora que tivermos que chamar assembleias conjuntas para lutar por elas. Cabe lembrar ainda que no passado, a Assembleia Legislativa já havia aprovado a equiparação do piso dos docentes com o piso dos técnicos de nível superior do quadro geral do poder executivo, mas, na época, o governador Roberto Requião a vetou.

Após a formalização da proposta e sua apresentação ao governador do Estado, convocaremos assembleias da categoria para decidir o que fazer para arrancar do governo a correção das nossas perdas salariais.

Tendência grevista em alta

Para defender suas condições de sobrevivência e contra a exploração patronal, trabalhadores de diversas categorias cruzaram os braços neste primeiro semestre de 2011

Instrumento das lutas históricas dos trabalhadores, a greve já foi declarada método ultrapassado por intelectuais e sindicalistas, mas sempre é retomada pelo movimento quando é preciso defender as condições de vida dos trabalhadores. Em 2011, foram inúmeras as manifestações de trabalhadores no Brasil, que, a semelhança das massas norte-africanas e europeias, resistem ao aumento de exploração que suportam por conta da crise mundial.

Fora do Brasil centenas de milhares de trabalhadores e jovens ocuparam as ruas dos Estados Unidos, Itália, França, Grécia, Espanha, Portugal, Alemanha, dentre outros, para mostrar sua indignação com as medidas de salvamento dos bancos, combinadas com destruição de direitos sociais, desemprego e redução salarial.

No Brasil também podemos comprovar que, quanto maior a opressão, maior é a contundência da resposta dos explorados, como se viu nos levantes no canteiro de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em Jirau e Santo Antônio. A análise desta tendência é necessária para que o movimento docente retome a necessária solidariedade em relação às reivindicações mais gerais dos trabalhadores, e, principalmente, para que volte a trilhar a via da

mobilização coletiva e unificada para enfrentar os ataques à educação e às condições de trabalho dos professores.

Canteiros do PAC em chamas

Dos confins da floresta vieram as manifestações mais contundentes dos trabalhadores. O movimento de Jirau e Santo Antônio, em Porto Velho-RO eclodiu em março, em resposta à agressão sofrida por um operário idoso. Em pouco tempo a paralisação de 40 mil trabalhadores chamou a atenção do Brasil e do mundo para as inúmeras violações a seus direitos. Diante das instalações insalubres, altos preços das mercadorias nos alojamentos, restrições a visitas a suas cidades de origem, baixos salários e até mesmo agressões por parte dos capatazes, a submissão virou fúria. Alojamentos e ônibus foram queimados e os operários pararam Porto Velho. Em condições semelhantes, operários de Suape e Pecém-CE e de Água Clara-MT cruzaram os braços e mostraram que o problema era nacional, chegou-se a 100 mil trabalhadores em greve nas obras do PAC. A resposta das empreiteiras e dos governos estaduais e federal foi a repressão, inclusive com a intervenção da Guarda Nacional e o chamado às Centrais Sindicais para que contenham a

combatividade dos trabalhadores. Com as obras para a Copa do Mundo e Olimpíadas repete-se a mesma história. Operários do Mineirão já paralisaram seus trabalhos exigindo direitos básicos, como banheiros e água nas obras, além de melhores salários.

Fábricas paradas

As greves nas metalúrgicas foram motivadas, principalmente pela exigência de maior participação nos lucros (PLR). Na Volks de São José dos Pinhais-PR, os operários protagonizaram a maior greve da montadora no mundo e só voltaram ao trabalho após a aprovação de um pacote de R\$21.680 e até 20% de aumento salarial. Foram 39 dias de greve que causaram R\$1,1 bilhão de prejuízo, pois 22.900 carros deixaram de ser produzidos, o que demonstra a dimensão da riqueza gerada pelos 3,1 mil trabalhadores. O sindicato denunciou também que a Volkswagen já recebeu R\$ 2 bilhões em incentivos fiscais dos cofres públicos paranaenses, mas pratica salários 50 por cento menores em comparação a São Paulo. Os efeitos da greve foram sentidos no comércio e nas terceirizadas, fornecedores e distribuidores, indicando a força que os operários possuem ao parar a produção. A Bosh de Curitiba também foi paralisada



Greve nas obras do PAC, em Rondônia, Ceará e Mato Grosso escancararam baixos salários e condições de trabalho degradantes.

por seus 4.800 trabalhadores que exigiram uma maior participação nos lucros, que chegaram a R\$118 bilhões em 2010. Apesar da importância das lutas operárias, a reivindicação de PLR pode ser uma armadilha, já que sempre vem acompanhada de metas que levam à intensificação do trabalho.

De olho nas mobilizações, a FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) e CNI (Confederação Nacional das Indústrias) selaram um pacto com a Força Sindical e a CUT (Central Única dos trabalhadores) em uma campanha contra a desnacionalização. Os sindicatos colocaram nas ruas do ABC paulista os trabalhadores da Volks, Mercedes Benz, Toyota, Scania e Ford em defesa das reivindicações dos industriais: restrição às importações, redução e isenção de impostos e aumento de financiamento para o setor industrial.

O dia em que os trens de São Paulo pararam

Trabalhadores da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) paralisaram, no dia 01 de junho, suas operações no estado. Em um único dia, a greve afetou diretamente 2,5 milhões de pessoas. A reivindicação dos trabalhadores era de aumento real e incremento do vale refeição, a paralisação garantiu a abertura de negociações. Ainda no setor de transportes, motoristas e cobradores de sete municípios do grande ABC paulista também cruzaram os braços. Os metroviários também se mantiveram mobilizados, contrapondo o argumento do governo de que não há recursos com os dados que indicam aumento das arrecadações de impostos no estado e os reajustes nas tarifas muito acima da inflação. Assim que anunciaram a possibilidade de entrarem em greve, o Tribunal Regional do Trabalho determinou que se mantivessem as operações em 70%, sendo que nos horários de pico, 90% das atividades deveriam ser mantidas.

Bombeiros: vândalos ou heróis?

Um dos momentos emblemáticos da tendência grevista foi a paralisação dos bombeiros no Rio de Janeiro, que ocuparam o Quartel Central do Corpo de Bombeiros do estado, e foram reprimidos pela Tropa de Choque da Polícia Militar e pelo Bope. A detenção de bombeiros provocou uma crise no governo de Sérgio Cabral, que teve de desculpar-se publicamente após chamar os grevistas de “vândalos e irresponsáveis”. A reivindicação principal era de aumento do piso de R\$950 (o menor da categoria no país) para R\$2 mil. A população do Rio manifestou apoio e exigiu, nas ruas, a anistia aos “heróis”.

Embrapa contra demissões injustificadas

As demissões sem processo administrativo e punições arbitrárias motivaram os trabalhadores da Embrapa a parar por três dias. A categoria também luta por ganho real, reajuste dos benefícios econômicos, isonomia de benefícios e revisão do Plano de Carreiras.



Ⓞ primeiro semestre de 2011
também foi marcado por greves
e mobilizações nas escolas e
universidades

Greves na Educação

A greve dos trabalhadores em educação no Brasil atingiu doze estados neste primeiro semestre, a paralisação mais longa foi a do Rio Grande do Norte, com 80 dias. A principal reivindicação é que os estados cumpram a Lei Federal 11.738, que passou a vigorar em 2011 e estabelece o piso de R\$ 1.187 para 40h. Em Minas Gerais, o salário base para o professor é de R\$369 para nível médio.

Universidades

Em 46 das 47 universidades federais representadas pela FASUBRA, os técnicos e administrativos pararam por melhores salários. Estima-se que 170 mil funcionários estão em greve, no Paraná, aderiram à mobilização cerca de 6,5 mil trabalhadores da UFPR e UTFPR. Em várias destas universidades, docentes também pararam e o ANDES convocou uma jornada nacional de lutas para agosto, com greves e ocupações.

Na Bahia, quatro universidades estaduais pararam por mais de dois meses contra o contingenciamento de verbas para os servidores e universidades, a greve também expressou a rejeição à proposta do governador de condicionar a incorporação da Gratificação por Condições Especiais de Trabalho no salário base à não negociação de aumentos salariais por quatro anos. No Rio Grande do Norte, a greve por reposição salarial já ultrapassou dois meses.

Cerceamento ao direito de Greve

Quanto mais os trabalhadores mostram disposição de luta, mais o estado procura restringir os movimentos. Mais eficazes do que a repressão física, tem sido as restrições jurídicas. Em São Paulo, por exemplo, a justiça determinou uma multa de R\$200 mil por dia casos trabalhadores não mantivessem uma porcentagem dos trens em funcionamento. Se uma greve não pode interromper a produção ou os serviços, perde sua eficácia, deixa de ser greve. Este é o desafio

enfrentado, principalmente pelas categorias que prestam serviços chamados essenciais: no transporte coletivo, energia, saneamento, saúde, etc. A lei exige que a greve seja divulgada em edital com 72 horas de antecedência, o que dá tempo para que a Justiça do Trabalho a julgue ilegal ou a restrinja ao máximo.

O direito de greve foi reconquistado enfrentando demissões, intervenções sindicais e prisões sob a ditadura militar. Foi admitido no artigo 9 da Constituição de 1988, mas está sendo mutilado pelas regulamentações seguintes e decisões dos tribunais. Por isso a bandeira de reconquista de direito de greve tem se mostrado cada vez mais necessária, sobretudo neste momento de retomada das lutas do movimento sindical.

Além das greves descritas acima, várias outras categorias pararam: na mineração, saúde, segurança, saneamento, dentre outras. Neste semestre de tantas lutas, até os coveiros da cidade de São Paulo interromperam o transporte e sepultamento de corpos, chamando a atenção para a situação da categoria, sem aumento salarial há 20 anos e sem concurso há cinco.

E os docentes das IEES do Paraná?

Não faltam motivos para os professores das universidades estaduais paranaenses se mobilizarem. O ritmo de trabalho se intensifica a cada dia, acompanhando as exigências de produtividade; parte da categoria é contratada precariamente por meio dos CRES; a falta de repasse da parte do governo do estado para o fundo da ParanáPrevidência levou a um rombo de cerca de R\$5 bilhões. E para completar, temos perdas salariais acumuladas desde 1995 que chegam a 36,52%. E o cenário futuro não indica que nenhum destes problemas será resolvido sem luta. Por isso é fundamental estarmos mobilizados e insistirmos na unificação do movimento estadual.

GT de memória lança campanha de arrecadação de documentos



Contato: sindicato@sindiproladuel.org.br | (43) 3324 3995

O Grupo de Trabalho (GT) de Memória do Sindiprol/Aduel lançou uma campanha de arrecadação de documentos que ajudem a registrar a história do movimento docente em Londrina e região. Podem ser doados ou emprestados jornais, boletins, fotos, gravações de áudio ou vídeo. Os materiais devem ser entregues no CDPH (CCH/UEL) ou em uma das sedes do sindicato: no centro (Praça La Salle, 83) ou no campus (CCB - antiga Aduel). Se preferir, basta entrar em contato com o sindicato que buscaremos os documentos doados.

E se você participou das entidades (ADHUEL, ADUEL, SINDIPROL) ou das assembleias, mobilizações, greves, passeatas, comitivas, eleições, campanhas

etc., compartilhe sua experiência. Entre em contato para agendarmos uma entrevista.

O Sindiprol/Aduel firmou uma parceria com o CDPH, que já realizou um levantamento de todos os documentos e objetos nas sedes do sindicato. A próxima etapa será a higienização e organização deste acervo e a criação de uma gestão de documentos. Com isto, os materiais poderão ser disponibilizados para pesquisadores e militantes interessados.

Simultaneamente, haverá a produção de novos documentos, por meio de filmagens e gravações dos depoimentos daqueles que fizeram parte desta história. Por fim, o sindicato criará materiais de síntese e divulgação deste registro.

Eleição de representantes dos servidores na Paraná Previdência é questionada na Justiça

O Sindiprol/Aduel, desde o início do ano, procurou garantir a legitimidade, representatividade e transparência na eleição dos novos representantes dos servidores para os Conselhos de Administração e Fiscal da Paraná Previdência – instituição que administra as aposentadorias e pensões dos funcionários do governo estadual e seus dependentes.

Foram feitos ofícios, consultas jurídicas, reuniões com sindicatos e com a SEAP (Secretaria de Estado de Administração e Previdência). A escolha, porém, no dia 29 de junho ocorreu sem atender à própria resolução que

rege o processo. A eleição foi indireta, realizada apenas por diretores dos sindicatos, sem termos a possibilidade de defender a proposta de eleições diretas. Diante disto, o sindicato não inscreveu seu candidato e entrou com uma ação questionando o processo de escolha. Tal medida é importante, pois precisamos de representantes vinculados às bases para que defendam os interesses dos servidores e façam com que o governo do Estado repasse os cerca de R\$5 bilhões que deixou de depositar no fundo previdenciário. Além disso, reivindicamos a paridade na composição dos conselhos.



EXPEDIENTE

Papel do Professor é uma publicação do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público Estadual de Londrina e Região - SINDIPROL/ADUEL

sindicato@sindiproladuel.org.br
www.sindiproladuel.org.br

Jornalista Responsável:
Soraia de Carvalho. MTB 7120.
Impressão: Folha de Londrina
Tiragem: 2.000 exemplares

Sede

Praça La Salle 83 -
Jardim Canadá
CEP: 86020-510
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3324-3995

Sub-sede Campus

Rodovia Celso Garcia
Cid - PR445 Km 380 -
Campus Universitário
CEP: 86051-990
Londrina - Paraná - Brasil
Fone: 43 3328-4549

DIRETORIA

EXECUTIVA

Nilson Magagnin Filho
(Presidente)
Valdir Anhucci - Fecea
(vice-Presidente)
Sílvia Alapanian
(Primeira Secretária)
Elza Peixoto
(Segunda Secretária)
Sinival Osório Pitaguari
(Primeiro Tesoureiro)
Airton Nozawa
(Segundo Tesoureiro)
Evaristo Emigdio Colmán Duarte
(Diretor de Comunicação)

SUPLENTES

Alcides Jose Sanches
Vergara
Renato Lima Barbosa
Otavio Jorge Grigoli Abi
Saab
Mauricio Ursi Ventura
Adauto Pereira Cardoso
João Vicente Hadich
Ferreira
Nelson Yasuo Fujita

**CONSELHO FISCAL
EFETIVOS**
Ricardo Ralisch
Andrea Pires Rocha
Vanerli Beloti

**CONSELHO FISCAL
SUPLENTES**
Maria Inês Nobre Ota
Sílvia Alves dos Santos